

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ENTIDADES DA CNTE

Aos onze e doze dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no auditório da APP-Sindicato, em Curitiba/PR, realizou-se a reunião do Conselho Nacional de Entidades da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, para tratar dos seguintes pontos de pauta: 1. **Mesa de Debate: Mobilização da Classe Trabalhadora para derrubar o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer**; 2. **Mesa de Debate: PEC 15/2015 e o financiamento da Educação Básica**; 3. **Avaliação das mobilizações de janeiro a abril de 2017**; 4. **Próximas ações/mobilizações futuras**; 5. **Encaminhamentos**; 6. **Ações das secretarias da CNTE**; 7. **Outros assuntos**. Estiveram presentes as seguintes entidades filiadas: SINPRO/DF; FETEMS/MS; SINTEP/MT; SINTET/TO; SINTEAL/AL; ASPROLF/BA; SISE/BA; SISPEC/BA; APEOC/CE; SINDIUTE/CE; SINPROESEMMA/MA; SINTERPUM/MA; SINTEP/PB; SINTEPE/PE; SINPROJA/PE; SINPMOL/PE; SINTE/PI; SINTE/RN; SINTESE/SE; SINTEAM/AM; OPOSIÇÃO SINSEPEAP/AP; SINTERO/RO; SINTER/RR; SINDI-UTE/MG; OPOSIÇÃO SEPE/RJ; AFUSE/SP; APEOESP/SP; APP/PR; SISMMAC/PR; APMC SINDICATO/PR; CPERS SINDICATO/RS; SINTERG/RS; APMI/RS; SINPROCAN/RS; SINTE/SC. Participaram, ainda, os membros da Direção Executiva: Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Marlei Fernandes, Rosilene Corrêa Lima, Fátima Aparecida da Silva, Gilmar Soares Ferreira, Luiz Carlos Vieira, Marta Vanelli, Beatriz da Silva Cerqueira, Ivonete Alves Cruz Almeida, Isis Tavares Neves, Selene Barboza Michielin, Gabriel Magno Pereira Cruz, Francisca Pereira da Rocha Seixas, Cleiton Gomes da Silva, José Christovam de Mendonça Filho, José Carlos Bueno do Prado, Edmilson Ramos Camargos, Odeni de Jesus da Silva, Manoel Rodrigues da Silva, Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva, Joaquim Juscelino Linhares Cunha, Berenice D'arc Jacinto, Raimundo Nonato Costa Oliveira, Girlene Lázaro da Silva, José Valdivino de Moraes, Luiz Carlos Paixão da Rocha e Cândida Beatriz Rossetto. Estiveram presentes também Mario Sérgio F. de Sousa como coordenador do Departamento de Especialistas – DESPE e, da diretoria executiva adjunta, Carlos de Lima Furtado, Marilda de Abreu Araújo, Valéria Conceição da Silva e Nelson Luiz Gimenes Galvão. Com justificativas de ausência, os membros da diretoria executiva Roberto Franklin Leão, Rui Oliveira, Iêda Leal de Souza, Rosana Sousa do Nascimento e Carlos Alberto Pires Guimarães não puderam comparecer à reunião. As saudações iniciais ficaram por conta do presidente da CNTE, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, que abriu os trabalhos agradecendo o acolhimento da APP-Sindicato em realizar esta reunião do CNE, passando, assim, a palavra ao anfitrião, Hermes Silva Leão, presidente da APP-Sindicato, que também fez uma avaliação positiva da realização deste CNE em Curitiba. As saudações iniciais ainda continuaram, agora, com as palavras de Marley Fernandes, vice-presidente da CNTE, que lembrou da importância de, neste momento, se derrotar o golpe. Já Mário Sergio, coordenador do DESPE, lembrou que este é o primeiro CNE realizado fora de Brasília, excetuando aqueles que acontecem juntos aos Congressos da CNTE. José Valdivino lembrou que este CNE se realiza quando se completam 20 anos de unificação dos professores e funcionários de escolas na APP-Sindicato. Por fim, Luiz Carlos Paixão ressaltou a importância da unidade de todos os trabalhadores neste momento de luta. A seguir, iniciaram-se os trabalhos com a apresentação da mesa prevista para a manhã: 1. **Mobilização da Classe Trabalhadora para derrubar o governo golpista de Michel Temer**, quando fizeram suas explanações Nivaldo Santana, pela CTB; Jandyra Uehara, pela CUT; a senadora Fátima Bezerra, que antecipou a sua participação sobre a tramitação da PEC 15/2015 e o presidente da CNTE, professor Heleno de Araújo Filho. Nivaldo ressaltou em sua fala que o golpe no Brasil tem o protagonismo dos Estados Unidos e, na parte interna, uma convergência de interesses que envolve a mídia comercial, as grandes corporações econômicas e setores do próprio Estado brasileiro. Já Jandyra

fez uma avaliação de conjuntura mais focada no campo interno da resistência ao golpe, lembrando que, apesar das diferenças que guardam entre si os diferentes grupos que se opõem hoje a este governo golpista, a unidade estratégica entre setores tão heterogêneos é de suma importância para derrotar este governo. Já a senadora Fátima lembrou a todos que, apesar de a PEC 15/2015 ser importante para tornar permanente o FUNDEB, este projeto é insuficiente por desconsiderar o Custo Aluno Qualidade- CAQ e não estender o Piso Nacional aos funcionários de escolas e que, por essas limitações, a bancada do PT no Senado irá apresentar uma outra proposição sobre essa questão para fazer a disputa naquela Casa. Por fim, o professor Heleno ressaltou que o maior desafio atual é a organização política e a conscientização da base na educação, que está muito desconfigurada em função do processo crescente de entrega de escolas às organizações sociais em muitos Estados e municípios. Após as exposições dessa mesa, seguiu-se o debate com os presentes. No dia seguinte, passou-se ao tema **2. PEC 15/2015 e o Financiamento da Educação**, que foi antecipado em parte em função da participação, no dia anterior, da Senadora Fátima Bezerra, mas que nesse dia 12 contou com a contribuição de Anízio de Melo, presidente da APEOC/CE, e de Eduardo Ferreira, da assessoria técnica da CNTE. Anízio apresentou a proposta do Novo FUNDEB, alertando que, se o país não tornar o FUNDEB uma política de Estado permanente, várias conquistas dos últimos anos correm o risco de não serem continuadas, como o Piso Nacional do Magistério e a obrigatoriedade dos entes da União terem seus planos de carreira no setor da educação. Já Eduardo lembrou a todos que a própria CNTE já tem diretrizes claras de que o Piso nacional deve incluir os funcionários das escolas e que, em que pese o prazo regimental ter se esgotado para propor emendas à PEC 15/2015, a relatora da matéria na Câmara, Professora Dorinha (DEM/TO) já declarou a possibilidade de alteração do texto original. Após a fala de cada palestrante, ocorreu um grande debate com os participantes do CNE no auditório da APP-Sindicato. Ao término desta atividade, foi acordado que, em função do horário adiantado, **os pontos 3 e 4 da pauta** seriam discutidos de forma conjunta, de modo que as intervenções devessem se focar na avaliação das mobilizações que ocorreram até aqui, incluindo as avaliações acerca da Greve Geral do dia 28 de abril, e nas proposições de ações de mobilização para o próximo período, incluindo a ação do Ocupa Brasília e das proposições de uma nova Greve Geral da Classe Trabalhadora. Dessa forma, depois de um rico debate acerca das avaliações e proposições futuras, o plenário do CNE definiu pelos seguintes encaminhamentos, referentes ao **ponto 5 da pauta: Agenda/Calendário de luta**: 17 de maio – Dia nacional de debates nos locais de trabalho sobre os impactos das reformas da previdência e trabalhista sobre a população LGBT; 24 de maio – Ocupa Brasília, rumo à construção de uma nova Greve Geral da Classe Trabalhadora, com indicativo para a 1ª semana de junho; 07 de junho – Debate nacional sobre a privatização da educação básica brasileira, que vem se dando através da implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que está sendo discutida no âmbito do Conselho Nacional de Educação – CNE do MEC – Manaus/AM; 01 a 09 de junho – semana indicativa da Greve Geral da Classe Trabalhadora, de 1 ou 2 dias, a ser definido de forma conjunta com a CUT; 19 de junho – Reunião da Diretoria Executiva da CNTE; 20 e 21 de junho – Seminário Nacional sobre a Privatização da Educação Básica Pública brasileira, com a apresentação dos resultados da pesquisa sobre o assunto, encomendada pela CNTE ao DIAP, UnB e IE – Brasília/DF; 22 de junho – Reunião do Conselho Nacional de Entidades – CNE da CNTE. Estratégias de ação de curto prazo: Manter a pressão sobre os parlamentares, de várias formas e em vários locais, de modo a tentar impedir a ida dos parlamentares a Brasília nos dias de votação das Reformas da Previdência e Trabalhista; Sair do Fórum Nacional de Educação – FNE, com ação de grande visibilidade, denunciando as ações autoritárias do MEC; Desenvolver a campanha contra a Reforma Trabalhista, de modo a explicitar e sensibilizar a base sobre os seus impactos no setor público; Mobilizar e divulgar o Plano Popular de Emergência da Frente Brasil Popular, que tem lançamento provável em 22 de

